

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO 040/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 040/2024

Ata de registro de preço, para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES FRUSTRADOS DOS PREGÕES Nº 07/2024 E 11/2024, PARA A MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Processo Nº: 9199/2024

Validade: 08/11/2025 00:00:00

Às 7 de Novembro de 2024, no/a FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - INACIOLANDIA, reuniram-se no(a) SALA CPL, situada à AV RIO DOS BOIS 8 - CENTRO, CEP: 75550000, inscrito no CNPJ sob o nº 11.474.036/0001-23, o Pregoeiro(a) GABRIEL SANTOS NEVES e os membros da Equipe de Apoio MAYARA SOUZA LOPES, EDUARDO GOUVEIA DOS SANTOS, JOICE KELLY SOUSA, nos termos da Lei Federal nº. 14.13/2021 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL, Edital de Licitação nº 040/2024, do resultado do julgamento das Propostas de Preços, publicada na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação e homologada pelo(a) Sr(a). BARBARA ARANTES QUEIROZ DIAS, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para objeto Registro de Preços para futura e eventual compra de AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES FRUSTRADOS DOS PREGÕES Nº 07/2024 E 11/2024, PARA A MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. . na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo: menor preço por item, tendo por finalidade o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para atender o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - INACIOLANDIA, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cujas propostas foram(foi) classificada(s) e declarada(s) vencedora(s) no certame acima numerado, como segue:

Fornecedor: DF MEDICAL
CPF/CNPJ: 44.656.846/0001-50

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	MARCA	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	18	PVPI IODOPOLIVIDONA TÓPICO 10%, FRASCO DE 1 LITRO.	RIOQUIMICA	UNIDADE	30,0000	46,0200	1.380,6000
1	43	METRONIDAZOL, SUSPENSÃO ORAL 250MG/80ML. FRASCO COM 100ML.	BELFAR	UNIDADE	50,0000	6,1200	306,0000
1	44	MORFINA SULFATO 30MG, COMPRIMIDO.	CRISTALIA	UNIDADE	300,0000	2,3100	693,0000
Total: R\$ 2.379,6000							

Fornecedor: HOSPGYN HOSPITALAR
CPF/CNPJ: 43.239.945/0001-73

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	MARCA	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	4	CLORETO DE SUXAMETONIO INJETÁVEL 100MG, FRASCO AMPOLA PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL.	BLAU	UNIDADE	300,0000	21,7300	6.519,0000
1	7	EQUIPO MACRO- GOTAS FOTOSSENSÍVEL COMPLETO LUER SLIP.	EMBRAMED	UNIDADE	100,0000	8,3300	833,0000
1	9	FIO CATGUT SIMPLES 1-0, AG. 3/8 CIRC. 3CM. CAIXA COM 24 UNIDADES.	TECHNOFIO	CAIXA	10,0000	92,9500	929,5000
1	14	INDICADOR BIOLÓGICO PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR DE LEITURA RÁPIDA (3 HORAS) CAIXA COM 50 UNIDADES.	PREMIUM	CAIXA	10,0000	770,5500	7.705,5000
1	16	INDICADOR QUÍMICO SIL-250 CLASSE 4 PARA MONITORIZAÇÃO A VAPOR, CAIXA COM 250 UNIDADES DE FITA.	CLEAN UP	CAIXA	5,0000	79,2700	396,3500
1	22	TUBO DE LATEX Nº200 COM 15 METROS.	GOIAS LATEX	UNIDADE	10,0000	32,2800	322,8000
1	30	SACO LEITOSO PARA LIXO HOSPITALAR 200 LITROS: PACOTE COM 100 UNIDADES.	3R	PACOTE	60,0000	67,1300	4.027,8000
1	31	SACO LEITOSO PARA LIXO HOSPITALAR 60 LITROS: PACOTE COM 100 UNIDADES.	JRL	PACOTE	100,0000	21,3700	2.137,0000
Total: R\$ 22.870,9500							

Fornecedor: PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA
CPF/CNPJ: 05.159.591/0001-68

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	MARCA	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	CLORIDRATO DE ISOXSUPRINA, AMP. 5MG/ML. AMPOLA COM 2ML.	APCEN	UNIDADE	300,0000	17,0000	5.100,0000
1	6	ATADURA GESSADA DE 20 CM 20MT. CAIXA COM 20 UNIDADES.	POLARFIX	CAIXA	5,0000	90,0000	450,0000
1	17	LÂMINA DE BISTURI Nº 10 CAIXA COM 100 UNIDADES.	SOLIDOR	CAIXA	10,0000	25,6300	256,3000
1	19	SONDA NASOGASTRICA Nº 12- CURTA.	BIOBASE	UNIDADE	100,0000	0,6500	65,0000
1	20	SONDA TRAQUEAL Nº 0.8 P/ ASPIRAÇÃO.	BIOBASE	UNIDADE	50,0000	0,5900	29,5000

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	MARCA	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	21	SONDA TRAQUEAL N° 10 P/ ASPIRAÇÃO.	BIOBASE	UNIDADE	50,0000	0,6000	30,0000
1	27	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA COM ELÁSTICO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	MEDIX	CAIXA	200,0000	3,7500	750,0000
1	28	SACO LEITOSO PARA LIXO CONTAMINADO 50 LITROS. PACOTE COM 100 UNIDADES.	JR	PACOTE	500,0000	20,0000	10.000,0000
1	29	SACO LEITOSO PARA LIXO HOSPITALAR 100 LITROS. PACOTE COM 100 UNIDADES.	JR	PACOTE	600,0000	30,0000	18.000,0000
1	32	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 50MCG/DOSE SOLUÇÃO AEROSSOL, PARA USO INALATORIO POR ORAL, USO ADULTO E PEDIATRICO. COM 200 DOSES	GLENMARK	UNIDADE	200,0000	28,0000	5.600,0000
1	34	CEFALEXINA COMPRIMIDO 500 MG.	TEUTO	UNIDADE	10.000,0000	0,5700	5.700,0000
1	36	FUMARATO DE FORMOTEROL + BUDESONIDA 12+400MCG. CAIXA COM 60 CÁPSULAS GELATINOSAS DURAS COM PÓ DE USO INALATÓRIO + 1 INALADOR.	ACHE	CAIXA	50,0000	174,6300	8.731,5000
1	37	FUMARATO DE FORMOTEROL + BUDESONIDA 6+200MCG.CAIXA COM 60 CÁPSULAS GELATINOSAS DURAS COM PÓ DE USO INALATÓRIO + 1 INALADOR.	ACHE	CAIXA	50,0000	117,2300	5.861,5000
1	40	INSULINA VICTOZA 6,0MG/ML SISTEMA DE APLICAÇÃO COM 3ML CADA.ORDEN JUDICIAL N° 202000348049.	NOVONORDISK	UNIDADE	200,0000	333,7500	66.750,0000
1	48	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10 MG.	ALTHAIA	UNIDADE	7.200,0000	0,9300	6.696,0000
							Total: R\$ 134.019,8000

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O objeto Registro de Preços para futura e eventual compra de AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES FRUSTRADOS DOS PREGÕES N° 07/2024 E 11/2024, PARA A MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. para a sede do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - INACIOLANDIA, nos termos do art. 82, da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 meses, sem alteração dos quantitativos originalmente registrados, conforme necessidade da Administração.

2.2.Durante a vigência da Ata, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas situações previstas pelo Decreto n° 11.462, de 31 de março de 2023.

2.3. Comprovada a ocorrência de situação prevista no item anterior, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo, licitatório, nos termos do art. 29 do Decreto n° 11.462/23.

2.4. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - INACIOLANDIA, para a devida alteração do valor registrado em Ata.

2.5. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - INACIOLANDIA, não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

3.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei n° 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial da presente ARP;
- b) der causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da ARP;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ARP;
- f) praticar ato fraudulento na execução da ARP;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

i) As multas previstas na letra "a" deste instrumento poderão, a critério da Administração, ser aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, a depender do grau de infração cometida pelo adjudicatário;

3.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da ARP, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima desta ARP, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de idoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima desta ARP, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa, na forma prevista em edital ou contrato, em caso de atraso injustificado na entrega do serviço ou produto, no termos dos arts. 156, §3º e art. 162 da Lei 14.133/2021.

3.3. A aplicação das sanções previstas neste ARP não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

3.4. Todas as sanções previstas neste ARP poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

3.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

3.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

3.4.3. Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente;

3.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

3.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

3.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e ARPs da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

3.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste ARP ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

3.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às

sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

3.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de idoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

3.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo ARP ou de outros ARPs administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

4.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº. 14.133/21 e Decreto 11.462/23, art. 32, bem como deverão ser observadas às condições estabelecidas no instrumento convocatório.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas a condição nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.5. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão.

4.6. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital n.º 040/2024, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.7. A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues nos prazos e preços estipulados;

5.2. A cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será acordado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 20 (vinte) dias corridos da retirada do empenho pelo fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento referente ao fornecimento dos produtos será: CONFORME O EDITAL, após protocolização e aceitação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pela comissão competente. Para fins de pagamento ainda será solicitada a apresentação das certidões negativas de débito relativas a União, Estado, Municipal e Trabalhista, sendo que as mesmas deverão sempre apresentar data de validade posterior à data de emissão das respectivas Notas Fiscais.

6.2. Na ocorrência de rejeição da (s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

6.3. Se houver atraso após o prazo previsto, as faturas serão pagas acrescidas de juros simples de mora de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a pró-rata-die da data do vencimento até o efetivo pagamento, desde que solicitado pela Empresa.

6.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração de preços ou à compensação financeira.

6.5. O(A) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - INACIOLANDIA, reserva-se o direito de recusar ao pagamento se, no ato da atestação, os materiais não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DO EMPENHO

7.1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, pelo Gestor.

7.2. A emissão do empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será igualmente autorizada pelo Gestor.

7.3. As adesões à Ata de Registro de Preços serão autorizadas pelo Órgão Gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas no instrumento

convocatório.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Integram esta Ata, o edital de Licitação n.º 040/2024, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL e seus anexos, a(s) proposta(s) da(s) empresa(s):

PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA CNPJ:
05.159.591/0001-68. DF MEDICAL CNPJ: 44.656.846/0001-50. HOSPGYN HOSPITALAR CNPJ:

8.2. Fica eleito o foro deste Município, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.


8.3. DO GESTOR DA ARP: Será designado servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização quanto à completa execução do Contrato, conforme exige o inciso XX, do art. 16 da IN n.º 015/2012, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, na ausência fica designado o(a) servidor(a) BARBARA ARANTES QUEIROZ DIAS.

INACIOLÂNDIA 7 de Novembro de 2024


Gestor(a):


BARBARA ARANTES QUEIROZ DIAS
SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE
757.820.061-53

Contratadas:


DF MEDICAL
JOÃO GOLÇALVES DE SOUSA OLIVEIRA
COM PROCURAÇÃO
025.561.261-32


HOSPGYN HOSPITALAR
MARCELO PIRES MACIEL FILHO
COM PROCURAÇÃO
012.972.021-63


PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA
ANTONIO CARLOS DE SOUZA
COM PROCURAÇÃO
478.413.201-59